

---

Coleção

REPERCUSSÕES DO

**v. 18**

**NOVO  
CPC**

Coordenador geral

**FREDIE DIDIER JR.**

---

**JUIZADOS ESPECIAIS  
DA FAZENDA PÚBLICA  
E JUIZADOS  
ESPECIAIS FEDERAIS**

Coordenadores

**AUGUSTO VINÍCIUS FONSECA E SILVA**

**FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER**

**RENATA CORTEZ VIEIRA PEIXOTO**

2019



**EDITORA**  
*Jus*PODIVM

[www.editorajuspodivm.com.br](http://www.editorajuspodivm.com.br)



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Território Rio Branco, 87 – Pituba – CEP: 41830-530 – Salvador – Bahia

Tel: (71) 3045.9051

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

**Copyright:** Edições JusPODIVM

**Conselho Editorial:** Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

**Diagramação:** Luiz Fernando Romeu ([lfmando\\_38@hotmail.com](mailto:lfmando_38@hotmail.com))

**Capa:** Rene Bueno e Daniela Jardim ([www.buenojardim.com.br](http://www.buenojardim.com.br))

J91 Juizados Especiais da Fazenda Pública e Juizados Especiais Federais / coordenadores Augusto Vinícius Fonseca e Silva, Frederico Augusto Leopoldino Koehler e Renata Cortez Vieira Peixoto – São Paulo: Editora JusPodivm, 2019.  
432 p. (Coleção Repercussões do Novo CPC, v. 18; coordenador geral, Fredie Didier Jr.)

Vários autores  
Bibliografia.  
ISBN 978-85-442-2716-9.

1. Juizados especiais federais. I. Didier Jr., Fredie. II. Silva, Augusto Vinícius Fonseca e. III. Koehler, Frederico Augusto Leopoldino. IV. Peixoto, Renata Cortez Vieira. V. Título.

CDD 341.41921

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

# Sumário

<b>CAPÍTULO 1 ► Possibilidade de Reclamação para o Superior Tribunal de Justiça de decisões proferidas nos Juizados Especiais Federais em atenção aos precedentes vinculantes.....</b>	<b>19</b>
<i>Ana Karenina Silva Ramalho Andrade e Priscilla Rolim de Almeida</i>	
1. INTRODUÇÃO .....	19
2. O DEVER DE HARMONIZAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA.....	20
2.1. MICROSSISTEMA DE PRECEDENTES VINCULANTES.....	22
3. RECLAMAÇÃO NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015.....	24
3.1. A RECLAMAÇÃO E OS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS .....	25
3.2. RECLAMAÇÃO PARA O STJ COMO INSTRUMENTO CONTRA DECISÕES DO JEF QUE NÃO OBSERVAM PRECEDENTES VINCULANTES.....	27
4. CONCLUSÃO.....	34
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	34
<b>CAPÍTULO 2 ► Flexibilização procedimental nos Juizados Especiais da Fazenda Pública.....</b>	<b>37</b>
<i>Augusto Vinícius Fonseca e Silva</i>	
1. DELINEAMENTO DO TEMA .....	37
2. EFETIVIDADE DO PROCESSO .....	37
3. A FLEXIBILIZAÇÃO PROCEDIMENTAL ENQUANTO MEIO DE VIABILIZAÇÃO E DE CONCRETIZAÇÃO DA EFETIVIDADE PROCESSUAL.....	46
4. FLEXIBILIZAÇÃO DO RITO SUMARÍSSIMO NOS JUIZADOS DA FAZENDA PÚBLICA.....	66
5. CONCLUSÃO .....	73
REFERÊNCIAS .....	74
<b>CAPÍTULO 3 ► Sobre dois temas polêmicos: I) Pode mesmo o Ministério Público ser parte nos juizados especiais da Fazenda Pública?; II) Procuradores da Fazenda gozam da prerrogativa de intimação pessoal no rito sumaríssimo da Lei n. 12.153/2009? .....</b>	<b>79</b>
<i>Augusto Vinícius Fonseca e Silva</i>	
I. INTRODUÇÃO .....	79
II. PODE MESMO O MINISTÉRIO PÚBLICO PROPOR AÇÕES NOS JUIZADOS ESPECIAIS DE FAZENDA PÚBLICA?.....	80
II.1. AS DUAS POSIÇÕES ACERCA DO TEMA .....	80
II.2. ANÁLISE DO TEMA A PARTIR DE CRITÉRIOS HERMENÊUTICOS BÁSICOS .....	86
II.3. CONCLUSÃO .....	90
III. PROCURADORES DA FAZENDA GOZAM MESMO DA PRERROGATIVA DE INTIMAÇÃO PESSOAL NO RITO SUMARÍSSIMO DA LEI N. 12.153/2009? .....	91
III.1. DELIMITANDO O ASSUNTO.....	91
III.2. POSIÇÕES FAVORÁVEIS À APLICAÇÃO DO ART. 183 DO CPC/2015 NOS JUIZADOS DE FAZENDA.....	94
III.3. POSIÇÕES DESFAVORÁVEIS À APLICAÇÃO DO ART. 183 DO CPC/2015 NOS JUIZADOS DE FAZENDA.....	96
III.4. CONCLUSÃO.....	101
REFERÊNCIAS.....	105

<b>CAPÍTULO 4 ► Da inconstitucionalidade do Enunciado 153 do Fórum Nacional dos Juizados Especiais Federais e da necessidade de motivação das sentenças no âmbito dos Juizados: uma análise a partir da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.....</b>	<b>109</b>
<i>Bianca Mendes Pereira Richter, Bianca Lopes Rodrigues, Lucas Gabriel Rodrigues Alves e Luiza Maria Moraes Mello Santos</i>	
INTRODUÇÃO .....	109
1. PRINCÍPIOS QUE REGEM OS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS .....	110
1.1. PRINCÍPIOS QUE REGEM OS JUIZADOS EM CONFRONTO COM OS DEMAIS PRINCÍPIOS PROCESSUAIS CONSTITUCIONAIS: A MOTIVAÇÃO.....	114
2. MOTIVAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS: ANÁLISE CONSTITUCIONAL E LEGAL .....	115
2.1. MOTIVAÇÃO NOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS .....	117
2.2. ANÁLISE EMPÍRICA DA MOTIVAÇÃO DAS DECISÕES DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS FEDERAIS NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....	119
3. DA INCONSTITUCIONALIDADE DO ENUNCIADO 153 DO FONAJEF .....	120
3.1. FÓRUM NACIONAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS – O FONAJEF: CONCEITO E FUNÇÃO.....	120
3.2. ENUNCIADO 153 DO FONAJEF E SUA INCONSTITUCIONALIDADE .....	121
4. CONCLUSÕES .....	124
REFERÊNCIAS .....	125
REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS.....	127
<b>CAPÍTULO 5 ► Da competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública nos foros em que não há Juizado Especial da Fazenda Pública instalado .....</b>	<b>129</b>
<i>Cecília Rodrigues Frutuoso Hildebrand</i>	
1. INTRODUÇÃO .....	129
2. DO MICROSSISTEMA DE JUIZADOS ESPECIAIS.....	130
3. DA COMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA FAZENDA PÚBLICA .....	131
3.1. DA NATUREZA DA COMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS .....	133
3.2. A INSTALAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA FAZENDA PÚBLICA E DA COMPETÊNCIA NOS FOROS EM QUE A INSTALAÇÃO AINDA NÃO OCORREU .....	140
4. DOS REFLEXOS DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015 E DA COMPETÊNCIA ABSOLUTA/RELATIVA DO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA .....	143
4.1 DA VEDAÇÃO DE DECISÃO SURPRESA.....	144
4.2. DA FORMA DE IMPUGNAR A INCOMPETÊNCIA .....	145
4.3. DO RECURSO CABÍVEL DA DECISÃO QUE RECONHECE DE OFÍCIO A COMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS NAS COMARCAS ONDE NÃO HÁ JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA INSTALADO.....	145
5. CONCLUSÕES .....	154
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	155
<b>CAPÍTULO 6 ► O sistema de Juizados Especiais e o CPC/2015 .....</b>	<b>159</b>
<i>Erick Cavalcanti Linhares Lima</i>	
1. O CPC/2015 E SUA INCIDÊNCIA RESTRITA AOS JUIZADOS ESPECIAIS .....	159
2. SISTEMA DE JUIZADOS ESPECIAIS E CRITÉRIOS DE INTERPRETAÇÃO.....	162
3. CONCLUSÕES .....	167
BIBLIOGRAFIA.....	167

<b>CAPÍTULO 7 ► Reflexos do Novo Código de Processo Civil de 2015 no sistema de recorribilidade das decisões interlocutórias e seu regime de preclusões no âmbito dos Juizados Especiais Federais e da Fazenda Pública.....</b>	<b>169</b>
<i>Esdra Silva Pinto</i>	
1. INTRODUÇÃO .....	169
2. O SISTEMA DOS JUIZADOS ESPECIAIS.....	170
3. APLICABILIDADE DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL AOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS E DA FAZENDA PÚBLICA .....	171
4. RECORRIBILIDADE DAS DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015 .....	174
5. REGIME DE PRECLUSÕES NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015 .....	176
6. IMPACTOS DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL NA RECORRIBILIDADE DAS DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS E DA FAZENDA PÚBLICA .....	178
7. IMPACTOS DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL NO REGIME DE PRECLUSÕES DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS E DA FAZENDA PÚBLICA.....	181
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	183
9. REFERÊNCIAS .....	184
<b>CAPÍTULO 8 ► Os problemas e os desafios decorrentes da aplicação do incidente de resolução de demandas repetitivas nos Juizados Especiais .....</b>	<b>187</b>
<i>Frederico Augusto Leopoldino Koehler</i>	
1. INTRODUÇÃO .....	187
2. O INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS VINCULA OS JUÍZES DOS JUIZADOS ESPECIAIS?.....	189
3. PROBLEMAS DECORRENTES DA APLICAÇÃO DO INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS NOS JUIZADOS ESPECIAIS .....	190
4. CONCLUSÃO .....	196
5. REFERÊNCIAS .....	197
<b>CAPÍTULO 9 ► A contagem dos prazos processuais em dias úteis no microsistema dos Juizados Especiais: comentários ao artigo 12-A da Lei 9.099/1995.....</b>	<b>199</b>
<i>Frederico Augusto Leopoldino Koehler e Julio Pinheiro Faro Homem de Siqueira</i>	
1. INTRODUÇÃO .....	199
2. CORRENTE RESTRITIVA (CONTAGEM DOS PRAZOS EM DIAS CORRIDOS).....	201
3. CORRENTE AMPLIATIVA (CONTAGEM DOS PRAZOS EM DIAS ÚTEIS).....	206
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	209
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	211
<b>CAPÍTULO 10 ► A reforma processual e o convite ao uso da consensualidade pela Administração Pública .....</b>	<b>215</b>
<i>Geisa Rosignoli Neiva</i>	
INTRODUÇÃO.....	215
1. O USO DA CONCILIAÇÃO E DA MEDIAÇÃO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – UMA BREVE RETROSPECTIVA NO TEMPO ...	217
2. A INDISPONIBILIDADE DO INTERESSE PÚBLICO NÃO É SINÔNIMO DE INTRANSIGIBILIDADE: A CONSENSUALIDADE COMO MEDIDA DE ATINGIMENTO DA EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA .....	222
3. A NECESSÁRIA PRESERVAÇÃO DA IMPESSOALIDADE E MORAIDADE ADMINISTRATIVAS .....	226
4. O CONVITE À CONSENSUALIDADE TRAZIDO PELO NCPC E PELA “LEI DA MEDIAÇÃO” .....	230
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	232
REFERÊNCIAS .....	233

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 11 ► O incidente de resolução de demandas repetitivas e a impossibilidade de seu julgamento pelos Juizados Especiais Estaduais, Federais e de Fazenda Pública.....</b>	<b>237</b>
<i>Humberto Santarosa de Oliveira</i>	
1. CONTEXTUALIZAÇÃO.....	237
2. JUIZADOS ESPECIAIS E O INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS.....	239
2.1. OS PONTOS E CONTRAPONTO SOBRE O JULGAMENTO DO INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS NOS JUIZADOS ESPECIAIS.....	241
2.2. MAIS UM ARGUMENTO A SE CONSIDERAR: O INCIDENTE COMO TÉCNICA DE PROCESSO COLETIVO E A INCOMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS PARA JULGAMENTO DE REFERIDAS DEMANDAS.....	247
3. CONCLUSÃO.....	250
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	250
<b>CAPÍTULO 12 ► O uso da prova emprestada como instrumento de efetivação de justiça nos Juizados Especiais Federais.....</b>	<b>253</b>
<i>Juliane Penteadó Santana</i>	
1. INTRODUÇÃO.....	253
2. A PROVA EMPRESTADA E SUA EVOLUÇÃO PROCESSUAL.....	254
2.1. OS PRINCÍPIOS PROCESSUAIS RELACIONADOS À ADMISSÃO DA PROVA EMPRESTADA E SUA CORRELAÇÃO COM O JUIZADO ESPECIAL FEDERAL.....	257
3. AS AÇÕES ACIDENTÁRIAS E DE BENEFÍCIOS POR INCAPACIDADE – QUESTÕES DE COMPETÊNCIA E SUA PROBLEMÁTICA.....	260
4. A PROVA EMPRESTADA E SUA EFETIVAÇÃO DE JUSTIÇA NOS JEF'S NAS AÇÕES DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS POR INCAPACIDADE.....	263
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	266
6. REFERÊNCIAS.....	267
<b>CAPÍTULO 13 ► Execução nos Juizados Especiais da Fazenda Pública e o Novo CPC/2015: aplicação prática e integrada das normas.....</b>	<b>269</b>
<i>Karina Veloso Gangana Tanure</i>	
I. INTRODUÇÃO E SINCRETISMO PROCESSUAL.....	269
II. LEGISLAÇÃO INTEGRADA APLICÁVEL ÀS EXECUÇÕES PERANTE OS JUIZADOS ESPECIAIS DA FAZENDA PÚBLICA.....	271
III. EXECUÇÕES DE TÍTULOS JUDICIAIS – “CUMPRIMENTO DE SENTENÇA”.....	273
A – INTRODUÇÃO.....	273
B – COMPETÊNCIA E PROCESSAMENTO.....	274
III.1 – EMBARGOS A EXECUÇÃO NOS JUIZADOS ESPECIAIS DA FAZENDA PÚBLICA.....	275
A – NOMENCLATURA ADEQUADA.....	275
B – CABIMENTO E PROCESSAMENTO DOS EMBARGOS EXECUTIVOS NOS JUIZADOS ESPECIAIS DA FAZENDA PÚBLICA – LEITURA CONSTITUCIONAL.....	278
C – EMBARGOS À EXECUÇÃO DE SENTENÇA.....	278
D – EMBARGOS DO DEVEDOR NAS EXECUÇÕES EXTRAJUDICIAIS.....	280
III.2 – RITOS DAS AÇÕES EXECUTIVAS DE TÍTULOS JUDICIAIS EM RESUMOS.....	281
A – RESUMO DO RITO DA FASE DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL DE OBRIGAÇÃO DE PAGAR NOS JUIZADOS ESPECIAIS DA FAZENDA PÚBLICA.....	281
B – RESUMO DO RITO DA FASE DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL DE OBRIGAÇÃO DE FAZER, NÃO FAZER E ENTREGAR COISA CERTA NOS JUIZADOS ESPECIAIS DA FAZENDA PÚBLICA.....	284
IV – EXECUÇÕES DE TÍTULOS EXTRAJUDICIAIS.....	286
A – COMPETÊNCIA.....	286
B – PROCEDIMENTO – APLICABILIDADE DAS LEIS E RPVS.....	288
C – CUMULAÇÃO OBJETIVA NA AÇÃO EXECUTIVA PERANTE OS JUIZADOS ESPECIAIS FAZENDÁRIOS.....	290
IV.1 – RITOS DAS AÇÕES EXECUTIVAS DE TÍTULOS EXTRAJUDICIAIS, EM RESUMOS.....	293

## SUMÁRIO

A - RESUMO DO RITO DA FASE DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL DE OBRIGAÇÃO DE PAGAR NOS JUIZADOS ESPECIAIS DA FAZENDA PÚBLICA.....	293
IV.2 - NATUREZA E EXECUÇÃO DE DECISÃO JUDICIAL PROFERIDA EM JUÍZO DISTINTO DO JUIZADO ESPECIAL FAZENDÁRIO - AÇÃO DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA O ESTADO X AÇÃO EXECUTIVA EM FACE DO ESTADO.....	295
V. EXECUÇÃO PROVISÓRIA NOS JUIZADOS ESPECIAIS DA FAZENDA PÚBLICA.....	297
VI. CUSTAS E HONORÁRIOS NAS EXECUÇÕES PERANTE OS JUIZADOS.....	298
VII. ENCERRAMENTO.....	299
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	300

## **CAPÍTULO 14 ► A História do “Soldado Joãozinho do Passo Certo” sob a ótica da competência absoluta dos Juizados Especiais da Fazenda Pública..... 301**

*Lilian Maciel Santos*

1. INTRODUÇÃO.....	301
2. A VISÃO SOCIOLÓGICA DOS JUIZADOS ESPECIAIS.....	301
3. DA COMPETENCIA NOS JUIZADOS ESPECIAIS DA FAZENDA PÚBLICA.....	303
4. DA PROVA TÉCNICA E A NECESSÁRIA DEFINIÇÃO CONCEITUAL DESSE INSTITUTO.....	310
5. OUTRAS QUESTÕES DECORRENTES DA COMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS FAZENDÁRIOS: A ILIQUDEZ DAS SENTENÇAS.....	315
6. ENTENDIMENTO MAJORITÁRIO NA JURISPRUDÊNCIA LOCAL E O IMPACTO NOS JUIZADOS ESPECIAIS DA FAZENDA PÚBLICA.....	316
7. CONCLUSÃO.....	328
BIBLIOGRAFIA.....	329

## **CAPÍTULO 15 ► Colheita de depoimento de testemunhas durante a audiência de conciliação, no âmbito do Juizado Especial Federal ..... 331**

*Luiz Bispo da Silva Neto*

1. INTRODUÇÃO.....	331
2. AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO.....	332
3. VALIDADE DA PROVA.....	334
3.1. MITO DA RESERVA JURISDICIONAR DA TOMADA DE TESTEMUNHA NO ÂMBITO DOS JUIZADOS ESPECIAIS.....	338
4. QUESTÃO DA FALTA DE VERDADE DO TESTEMUNHO DURANTE A AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO.....	340
5. CONCLUSÃO.....	341
BIBLIOGRAFIA.....	342

## **CAPÍTULO 16 ► A natureza jurídica do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas oriundo de processos dos Juizados Especiais..... 343**

*Marco Aurélio Ventura Peixoto, Renata Cortez Vieira Peixoto e Rodrigo Frantz Becker*

1. INTRODUÇÃO.....	343
2. INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS NO DIREITO BRASILEIRO: ADOÇÃO DO SISTEMA DA CAUSA-PILOTO OU DA PROCEDIMENTO-MODELO?.....	344
3. A COMPETÊNCIA PARA JULGAMENTO DO IRDR ORIUNDO DE CAUSAS EM TRAMITAÇÃO NOS JUIZADOS ESPECIAIS E A NECESSIDADE DE ADOÇÃO DO SISTEMA DO PROCEDIMENTO-MODELO.....	348
4. A SUSPENSÃO EM INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS N. 09 - SC2 E A PROBABILIDADE DE ACEITAÇÃO PELO STJ DO SISTEMA DO PROCEDIMENTO-MODELO.....	355
5. CONCLUSÃO.....	358
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	359

<b>CAPÍTULO 17 ► A dinamização do ônus da prova e seus reflexos no procedimento dos Juizados Especiais Federais e da Fazenda Pública.....</b>	<b>361</b>
<i>Maurício Ferreira Cunha</i>	
INTRODUÇÃO.....	361
1. ÔNUS DA PROVA.....	364
1.1. A RAZÃO DE SER DO ÔNUS DA PROVA.....	366
1.2. ÔNUS DA PROVA SUBJETIVO E OBJETIVO.....	368
1.3. A DISTRIBUIÇÃO ESTÁTICA DO ÔNUS DA PROVA E A TEORIA DA CARGA DINÂMICA DA PROVA.....	369
2. A DINAMIZAÇÃO DO ÔNUS DA PROVA E SEUS REFLEXOS NO PROCEDIMENTO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS E DA FAZENDA PÚBLICA.....	374
CONCLUSÃO.....	381
BIBLIOGRAFIA.....	382
<b>CAPÍTULO 18 ► Das consequências processuais geradas à administração pública dentro do contexto da Lei 12.153/09 em face de suas omissões.....</b>	<b>385</b>
<i>Neanderson Martins Ramos</i>	
INTRODUÇÃO.....	385
1. DOS PRINCÍPIOS INERENTES AO JUIZADO ESPECIAL.....	386
2. DA (IN)DISPONIBILIDADE DOS DIREITOS DA FAZENDA PÚBLICA JUNTO À LEI 12.153/09.....	388
3. DA NÃO APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS INDISPENSÁVEIS AO ESCLARECIMENTO DA CAUSA.....	393
4. DA AUSÊNCIA DA FAZENDA PÚBLICA ÀS AUDIÊNCIAS.....	395
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	396
BIBLIOGRAFIA.....	396
<b>CAPÍTULO 19 ► A Execução invertida nos Juizados Especiais Federais.....</b>	<b>399</b>
<i>Paulo Mitsuru Shiokawa Neto</i>	
INTRODUÇÃO.....	399
1. DA EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA.....	399
2. DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA.....	401
3. DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA NOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS.....	403
4. DA EXECUÇÃO INVERTIDA.....	405
5. CONCLUSÃO.....	409
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	409
<b>CAPÍTULO 20 ► O Ministério Público nos Juizados Especiais da Fazenda Pública.....</b>	<b>411</b>
<i>Robson Renault Godinho</i>	
1. OS JUIZADOS ESPECIAIS DA FAZENDA PÚBLICA E DESVIOS PROCEDIMENTAIS.....	411
2. A INTERVENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NOS JUIZADOS ESPECIAIS DA FAZENDA PÚBLICA.....	416
2.1. O MINISTÉRIO PÚBLICO COMO FISCAL DA ORDEM JURÍDICA: GENERALIDADES.....	417
2.2. ESPECIFICAMENTE O FISCAL DA ORDEM JURÍDICA NOS JUIZADOS ESPECIAIS DA FAZENDA PÚBLICA.....	422
2.3. O MINISTÉRIO PÚBLICO COMO AUTOR.....	425
3. CONSEQUÊNCIAS PROCEDIMENTAIS.....	429
4. SÍNTESE.....	431